

## A POSIÇÃO ESTRATÉGICA PORTUGUESA\*

---

Conforme é do conhecimento geral, o Território Nacional é constituído por um estreito rectângulo situado na Península Ibérica, que costuma ser designado por Continente, e por dois arquipélagos atlânticos — o dos Açores, a cerca de 800 milhas marítimas a oeste de Lisboa, e o da Madeira, a cerca de 500 de Lisboa e apenas 300 da costa marroquina.

Desde a independência que o Oceano Atlântico aparece como uma trave mestra da filosofia ou, se preferirem, da estratégia de sobrevivência nacional. Efectivamente, pode ter começado por haver a ideia de que a viabilidade de independência nacional teria algo a ver com a extensão da linha de costa. Isto a ajuizar, por exemplo, pela aparente preocupação em assegurar a posse da foz do Rio Guadiana (Aiamonte, 1240) antes mesmo de tomar Faro e de retomar a praça forte de Silves (1249), no interior. Por outro lado, a noção de que o apoio vindo através do mar seria decisivo para os destinos do país — como veio a verificar-se mais tarde na Guerra Peninsular, por exemplo, poderia já não oferecer dúvidas aos que, nos primeiros tempos da nacionalidade, procuraram e conseguiram a ajuda dos cruzados que navegavam ao longo da costa para tomar as praças fortes mouras do litoral e do interior próximo.

A fronteira terrestre que chegou até aos nossos dias parece ter correspondido à linha do equilíbrio estratégico a que se chegou a certa altura do conflituoso processo geopolítico peninsular.

Este equilíbrio foi posteriormente abalado no decorrer da Guerra dos Cem Anos, que opôs ingleses e franceses. O caso é que a luta pela posse do trono de Castela entre Henrique de Trastâmara e seu irmão o rei Pedro, o Cru, o qual foi substituído pelo duque de Lancaster (com o apoio de Portugal) após o seu assassinato por Henrique, envolveu a Península naquela Guerra, dado que a França se havia posto ao lado do usurpador. Aqui terá tido o seu início a europeização do processo

---

\* Conferência proferida na Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa, em 3 de Dezembro de 1981.

do equilíbrio peninsular, ou melhor, o reconhecimento prático da projecção do processo do equilíbrio europeu no próprio equilíbrio da Península. Começaram assim a definir-se as propensões, ou as vocações estratégicas específicas dos países peninsulares actuais — mais atlântica a de Portugal, mais continental e europeia a da Espanha. Teve também aqui a sua génese a velha aliança de Portugal com a potência marítima, então a Inglaterra. É de presumir que os ingleses tenham pretendido com esta aliança sobretudo evitar que Castela dominasse a fronteira marítima portuguesa, por calcularem que isso lhe daria a hegemonia na Península, e que esta, por sua vez, lhe proporcionaria um potencial estratégico difícil de parar. Que haveria alguma razão para tais receios, ficou demonstrado nos tempos em que os Filipes dominaram politicamente, para além de toda a Península, também boa parte da Europa. Mas a nós interessa-nos principalmente reter na memória que a perda da nossa independência foi nessa altura consumada através de um movimento militar envolvente que o domínio do nosso mar pelos Castelhanos tornou possível. Como se sabe, tal movimento culminou no decisivo desembarque das tropas do Duque d'Alba em Cascais e no subsequente esmagamento da resistência do Prior do Crato na Ribeira de Alcântara, às portas de Lisboa de então. Pelas razões atrás apontadas, não surpreenderá que haja ainda hoje em Madrid quem encare Portugal, a par de Gibraltar, como uma criação da Inglaterra para reduzir a importância estratégica da Espanha, pretendendo ignorar o longo processo da emancipação lusitana, iniciado nesta mesma região um bom século e meio antes de 1143, e esquecendo o simples facto de a Espanha, como tal, ter nascido apenas cerca de dois séculos e meio depois da independência formal portuguesa.

A propósito, refiro que, já no rescaldo da Guerra Civil de Espanha, o próprio General Franco terá reconhecido que o Portugal independente havia dificultado a comunicação total da Península Ibérica e acabado por facilitar a vitória das forças nacionalistas. Este facto, de que tirei a seguir conclusões que se me afiguram oportunas, serve também para ilustrar de forma prática a hipótese de vocações estratégicas distintas de Portugal e da Espanha.

Das invasões castelhanas no reinado de D. Fernando duas conclusões básicas parece terem-se imposto ao entendimento dos estrategistas portugueses de então: a da importância de Lisboa como objectivo militar principal do país e, conseqüentemente, como bastião decidido de resistência; e a extrema dificuldade em resistir militarmente a Castela no caso de não estar previamente assegurada a defesa da sua retaguarda marítima. Estas conclusões, provavelmente, mostraram a conveniência de se ratificar a aliança com a Inglaterra, o que aconteceu em 1386, já no reinado de D. João I. Por outro lado, elas parecem ter sido soberbamente entendidas por Wellington durante a terceira invasão francesa, ao decidir acantonar-se na capital, cujas aproximações terrestres defendeu com as célebres Linhas de Torres, ao mesmo tempo que manteve livre o acesso ao mar com o apoio dos fortes do

Tejo e duma Esquadra inglesa de que alguns navios mais ligeiros patrulhavam rio acima até Alhandra. A importância decisiva de Lisboa e do domínio do mar para a segurança do país revelou-se ainda em diversos bloqueios a que fomos submetidos, e no próprio desfecho das lutas liberais, em que a derrota da esquadra miguelista pela liberal na Batalha do Cabo de S. Vicente precipitou a queda de Lisboa e do regime.

Os exemplos da Guerra dos Cem Anos, das invasões napoleónicas da Península, e sobretudo da Guerra Civil de Espanha, justificam que se ponham reservas à tese da entidade geopolítica da Península, nomeadamente numa perspectiva de defesa contra a Potência Continental, como acontece presentemente, em que os países peninsulares estão envolvidos pela sua adesão ao sistema de defesa atlântica.

Entretanto, a Inglaterra havia perdido a Guerra dos Cem Anos, após o que o seu Poder Naval entrou em declínio. Esta circunstância obrigaria Portugal a ter de passar a contar consigo próprio para reencontrar a desejada compensação estratégica. O Pinhal de Leiria, o desenvolvimento do Poder Naval, a conquista de Ceuta e o sacrifício do Infante Santo para a preservação desta praça forte, e o descobrimento e o povoamento da Madeira e dos Açores, a que se seguiu a sistemática exploração marítima que todos conhecemos, faz pensar na existência duma estratégia bem amadurecida, em que o Atlântico aparece realmente como única fonte possível de potencial estratégico suplementar necessário à viabilidade do país.

Da estratégia atlântica de Portugal, para além de terem resultado laços de inestimável valor que inclusivamente poderão concorrer para fazer voltar novos países africanos ao convívio da Europa e do Ocidente sem o seu comprometimento aberto com este, ficaram ainda os pilares constituídos pelos arquipélagos dos Açores e da Madeira. A propósito destes pilares, referiria que as circunstâncias de o Continente se encontrar emparedado geograficamente entre a Espanha e o Atlântico, de a sua população e suas actividades principais se concentrarem ao longo da costa, e de mais de 90% das importações e mais de 75% das exportações do país utilizarem a via marítima, levam à constatação de que o próprio Continente se tem comportado afinal como uma espécie de ilha. Isto é mais ou menos o que alguns autores têm referido, por exemplo, ao sugerir que a sobrevivência de Portugal como país independente terá ficado a dever-se, entre outras coisas, a três circunstâncias principais: a rarefacção de populações e de actividades na fronteira terrestre, a não navegabilidade dos rios portugueses nascidos em Espanha, e o facto de os espanhóis não precisarem dos portos portugueses.

Mas a questão que deve realmente pôr-se é se a independência de Portugal poderia ou não sobreviver a um eventual corte no seu actual território. Por outras palavras, se Portugal viesse a ficar reduzido à sua expressão mais simples, o Continente, poderia escapar ao destino dramático de um País Basco numa qualquer Federação Ibérica? A não se poder deixar de admitir este risco como possível, e a não se querer corrê-lo, então seria prudente enveredar-se a fundo por uma filosofia que designaria de arquipelágica, a qual implicaria ter de passar a considerar-se a coesão interterritorial como um objectivo nacional fundamental, isto é, *não negociável*, e obrigando a medidas e sacrifícios externos. Seja como for, o que certamente pareceria estranho é que:

- no plano peninsular, quiséssemos deixar arriscar agora o que outros povos ibéricos sempre nos invejaram;
- nos deixássemos seduzir e envolver por concepções estratégicas de defesa europeias, atlânticas, ou outras que, não respeitando a unidade do conjunto estratégico português, sempre acabariam por afectar a liberdade dos portugueses continentais e dos portugueses ilhéus.

A necessidade que a Humanidade passou recentemente a sentir pela exploração dos recursos económicos do mar deu lugar ao consenso universal sobre as ZEE's de que resultou Portugal ver o seu património geográfico de certo modo acrescido pelas chamadas Zonas Económicas Exclusivas do Continente, da Madeira e dos Açores. Estes acrescentos, embora possam aumentar as possibilidades económicas do país, levantam problemas que adiante abordarei, para além de terem criado uma espécie de novas fronteiras — do Continente com Marrocos, e da Madeira com as Canárias e também com Marrocos.

O Território Nacional é o mais ocidental e o mais atlântico da Europa, cruzando-se no seu espaço marítimo interterritorial rotas marítimas que alimentam vitalmente a Europa em hidrocarbonetos e em matérias-primas essenciais. Também passam ao alcance do Território Nacional as rotas marítimas e aéreas de socorro militar do Continente Norte-Americano ao Europeu, o qual é tão importante que garantiu a vitória aos Aliados nas duas últimas guerras mundiais. Foi o marechal inglês Montgomery, um dos chefes mais destacados das forças aliadas na última guerra, quem afirmou que «é preciso começar por saber que a Europa vive essencialmente do mar, que a sua economia depende da liberdade das rotas marítimas, e que a defesa europeia pressupõe o domínio do mar».

Não deve oferecer quaisquer dúvidas que o mais importante contributo de Portugal para a defesa da Europa e do Ocidente é o de natureza geoestratégica. Esta circunstância, que decorre directamente da importância decisiva das nossas posições para a defesa das referidas rotas marítimas vitais de abastecimento e de socorro à Europa, insere

agora o nosso país no complexo processo do equilíbrio mundial. Por isso é que o Território Nacional, que é realmente o mais ocidental e o mais atlântico do Velho Continente, se encontra incluído na área do Comando Supremo Aliado do Atlântico — SACLANT — o qual tem a sua sede nos EUA, dado que este país é o aliado responsável pelo controle do Atlântico Norte. Esta circunstância está ainda conforme com a clássica filosofia atlântica de sobrevivência nacional, a qual parece aliás continuar bem viva na memória dos portugueses, como se verificou recentemente pela espontânea, pronta, unânime e consoladora recusa de todos os órgãos de soberania da tese da unidade geopolítica da Península Ibérica. O caso é que esta tese poderia servir para justificar um comando militar unificado para toda a Península, a instalar provavelmente em Madrid, no caso de a Espanha ingressar na NATO, e também para tentar a inserção do país vizinho na área do Comando Supremo Aliado do Atlântico, o que levaria a uma certa dose de controle militar pelos espanhóis do Continente e à sua preponderância no Comando da Área Ibero-Atlântica, que tem a sua sede actualmente em Oeiras. A serem aceites as sugestões espanholas, isso equivaleria a colocar Portugal, no seio da própria Aliança Atlântica, numa nova situação de envolvimento estratégico pela Espanha, e a perder grande parte das vantagens da sua «atlanticidade» quase exclusiva. Isto não significa receio de que um novo Duque d'Alba pudesse vir a desembarcar as suas forças em Cascais. Mas não me parece prudente nem tranquilizador ignorar as lições da História, principalmente quando elas se revestem de aspectos particularmente dolorosos. Aliás, como acontece que os Açores e a Madeira, como arquipélagos que são, tenham de permanecer inseridos na área do Comando Supremo Aliado do Atlântico, e como uma eventual aceitação da tese da unidade geopolítica da Península levaria a inserir o Continente na área do Comando Supremo Aliado da Europa — SACEUR — poderiam sair reforçados os argumentos dos que defendem ideias separatistas para as Ilhas, e concretizar-se-ia, em termos orgânicos, a tese defendida por estrategistas norte-americanos de que entre as Ilhas e o Continente Europeu passa uma autêntica fronteira estratégica fundamental para a segurança dos EUA. Como se sabe, esta fronteira já funcionou realmente na 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, quando o Governo português de então, gravitando embora na órbita das potências que dominavam o Continente Europeu, teve de ceder a utilização dos Açores à Potência Marítima.

A posição geográfica do Território Nacional é propícia também ao desempenho da função de trampolim para transferências intercontinentais de forças militares, e para a prestação de serviços ao estrangeiro (terminal de cabos submarinos, controle da navegação aérea e marítima internacionais, apoios industriais, oficiais e humanos às mesmas navegações, transfega de cargas — «transshipment» — terminais de oleodutos, turismo, etc.).

No campo da estratégia militar há ainda a considerar duas circunstâncias muito importantes relacionadas com a posição geográfica do Território Nacional. A primeira é a de que ele não detém o exclusivo das potencialidades estratégicas mencionadas, pois admite alternativas no território espanhol, incluindo as Ilhas Canárias, e no marroquino (a excepção será o arquipélago dos Açores, o qual, segundo opinião ainda recentemente expressa por responsáveis pela actual Administração norte-americana, é mais importante do ponto de vista estratégico do que qualquer coisa que a NATO possa obter com a adesão de Espanha). A segunda é a da gravidade que teria para o Ocidente a hipótese do Território Nacional, ou de qualquer das suas alternativas espanholas ou marroquinas, vir um dia a estar ao dispor do Pacto de Varsóvia. Isto dá-nos a noção da atenção com que são certamente seguidos os passos que damos, e sugere ainda a conveniência, em nome da segurança nacional, europeia e ocidental, de se adregar um mecanismo de promover a estabilidade e um entendimento de segurança para a Região que engloba Portugal, Espanha, as Ilhas Adjacentes a Marrocos, a fim de não se instalar nela uma fronteira quente da confrontação Leste-Oeste.

Para a Comunidade Económica Europeia, a adesão de Portugal poderá ter o atractivo do dote representado pela sua vasta Zona Económica Exclusiva. Como se sabe, constitui no momento presente uma questão particularmente agitada a política comunitária relativa à integração das ZEE's europeias. Entretanto é um facto que, dos países com melhores ZEE's, a Noruega decidiu não ingressar na Comunidade por preferir guardar para si os recursos económicos do mar ao seu dispor, e a Inglaterra não desiste de tentar reservar para a sua exploração exclusiva a parte mais rica da sua Zona. É verdade que não se conhece ainda o real valor económico da ZEE portuguesa, quer em recursos minerais, pelo que, no mínimo, poderia ser considerada como muito precipitada qualquer adesão incondicional à Comunidade Económica Europeia. Uma tal atitude poderia até corresponder a dar um pontapé na sorte que coube aos países ribeirinhos quando se constatou que a escassez de recursos em terra poderia ser minorada pelos do mar particularmente no caso do nosso país, ao qual, mercê da sua dispersão geográfica, coube a parte de leão de Atlântico Norte em matéria de dimensão das ZEE's. No entanto, as esperanças que alguns depositam nas potencialidades da ZEE nacional poderão não se concretizar. E, mesmo que tais potencialidades se confirmem, é mister que não venham afinal a constituir-se num ponto de fraqueza. Isto poderá vir efectivamente a acontecer um dia, se a presente política de autonomias regionais não tiver na devida consideração os limites para além dos quais pode começar a própria desagregação territorial do país.

Conforme se referiu, há a tendência nos EUA para considerar que os Açores se encontram para oeste duma imaginária fronteira estraté-

gica fundamental para a segurança daquele país. Este conceito encontra-se concretizado através do interesse norte-americano pelo acordo bilateral relativo à utilização da Base Aérea das Lajes e pela manutenção dos Açores na área dum comando operacional da NATO com sede nos EUA, ou seja, fora do Comando da Área Íbero-Atlântica (IBERLANT) com sede em Oeiras, no qual se encontram inseridos a Madeira e o continente.

A Organização para a Unidade Africana já tem tido oportunidade de manifestar abertamente as suas apreensões quanto ao controle do que designa por colar de ilhas à volta do Continente Negro por países estranhos a este, por considerar que elas podem ser utilizadas como bases de ataque ou de coacção contra países africanos. Estas apreensões têm sido principalmente veiculadas por dirigentes de países árabes radicais do Norte de África, como a Argélia e a Líbia, tendo nelas sido visados os arquipélagos da Madeira e das Canárias, e até o dos Açores, este mais provavelmente pela importância de que se tem revestido a sua utilização no conflito que opõe países árabes a Israel.

A importância da posição estratégica portuguesa deve também medir-se perante determinadas hipóteses de guerra.

Como se sabe, a dissuasão nuclear assenta principalmente na percepção que os dois adversários superpotentes têm da capacidade de ataque e de retaliação nuclear. Na capacidade de retaliação nuclear desempenham um papel central os submarinos lança-mísseis balísticos porque, em teoria, poderão sobreviver a um primeiro ataque atómico de surpresa, dada a discrição dos seus movimentos, ficando disponíveis para replicar àquele ataque. Daí que se torne extremamente importante proteger os submarinos lança-mísseis balísticos próprios e seguir permanentemente os movimentos dos alheios, para os atacar de imediato no caso de vir a ser preciso. O Território Nacional, particularmente os Açores, assume grande valor neste tipo de guerra, dado que neles podem ser baseados equipamentos de detecção submarina e meios aero-navais adequados às missões de protecção e de ataque atrás citadas. Mas, para se entender melhor a razão por que os EUA atribuem tão grande importância aos Açores, é preciso não esquecer que a arma nuclear é uma arma absoluta, decisiva, conforme ficou dramaticamente demonstrado com a imediata rendição incondicional do Japão na última guerra mundial.

Em caso de guerra convencional generalizada Leste-Oeste, tornar-se-ia fundamental que, à semelhança do que se passou nas últimas guerras mundiais, pudessem ser encaminhados rapidamente, do Continente Norte-Americano para a Europa Ocidental, reforços militares; uns imediatamente, mais ligeiros, por via aérea; e o grosso, seguidamente, por via marítima. Qualquer das rotas marítimas a usar pelos

Aliados poderia beneficiar de apoio a partir de bases aero-navais nos Açores, mas as mais seguras seriam porventura as que passam a sul do arquipélago e ao largo do Continente, não só por ficarem fora do alcance de aviões «Backfire» com base na Península de Kola, como por o mar ser aí normalmente mais calmo, permitindo maiores velocidades de avanço aos navios de carga próprios e melhores condições para a detecção de submarinos adversários.

Finalmente, convém lembrar que a segurança da Europa e do Ocidente não se joga apenas no Continente Europeu e no Atlântico Norte. Como se sabe, a pesada dependência dos países industrializados europeus dos hidrocarbonetos do Sudoeste Asiático e dos minérios estratégicos e outras matérias-primas da África Austral, torna imprescindível que os EUA, como única potência ocidental com real capacidade de intervenção militar externa face ao poderio da URSS, possam utilizar bases de apoio no Território Nacional, principalmente nos Açores. Isto porque muito embora seja hoje viável efectuar extensos voos intercontinentais sem escala com grandes aviões de carga, devido à possibilidade do seu reabastecimento em voo, a verdade é que não só as bases portuguesas podem servir para abastecer os próprios aviões de reabastecimento, como os aviões cargueiros poderão transportar mais material e mais soldados em cada voo, se for possível aligeirar a sua carga de combustível pelo facto de escalam as Lajes. Portugal contribui assim de forma considerável para a defesa global do Ocidente, o que nem sempre parece ser devidamente reconhecido pelos aliados, não apenas no que concerne ao seu respeito pela necessidade de coesão interterritorial portuguesa, que se desejaria transparente, como na ajuda militar para a efectiva e rápida modernização das nossas Forças Armadas, que se esperaria menos hesitante.

*Em conclusão*, diria que, em defesa da soberania, da segurança e quiçá da própria sobrevivência nacional, conviria termos sempre presente que:

- Em termos geográficos Portugal não é um país europeu ocidental qualquer, o que decorre de se encontrar no extremo ocidental da já por si excêntrica Península Ibérica, de estar emparedado entre a Espanha e o Atlântico, e de se ter projectado até aos Açores e à Madeira — a simples hipótese de termos possivelmente de esperar pela Espanha para ingressar na CEE, e a circunstância de o nosso território ser o único da Europa Ocidental que se encontra inserido num comando da Aliança Atlântica com sede nos EUA atestam o que afirmo;
- A geografia especial do nosso país é de molde a facilitar à Espanha, em teoria, o exercício de coacções de natureza políti-



ca, principalmente se não houver o cuidado de: conter a níveis seguros as dependências económicas e energéticas relativamente àquele país; dispor de alternativas adequadas às indispensáveis vias terrestres transibéricas para a Europa em termos de transporte marítimo e aéreo autónomo; dispor de capacidade autónoma de defesa militar que afasta a hipótese de vir a ser confiado à Espanha o controle militar do teatro de operações terrestres do Continente e do espaço marítimo e aéreo interterritorial português, no quadro da NATO;

— O que se passa entre nós não pode ser indiferente a muitos e importantes países e blocos, que tenderão por isso a procurar ter possibilidades de nos influenciar ou coagir, jogando com as nossas principais vulnerabilidades — a descontinuidade territorial, as dependências económicas, energéticas e em transporte, e a fragilidade militar no domínio do conceito estratégico de defesa e dos meios; assim, convirá não esquecer que:

— estrategistas espanhóis poderiam ambicionar pôr a «atlantidade» do Continente português ao serviço do seu país;

— os EUA poderão tender a conservar a possibilidade de atrair para si os Açores sempre que tal se lhes afigure indispensável;

— a Europa, à medida que se for desenvolvendo uma consciência colectiva de defesa, tenderá a incluir as Ilhas portuguesas no seu esquema de segurança, e a disputar influência nelas aos EUA;

— os árabes do Norte de África não deixarão de pensar que a Madeira está mais próxima da costa africana do que de Lisboa;

— o reforço militar do Continente Norte-Americano à Europa Ocidental em caso de guerra generalizada Leste-Oeste será tão decisivo, e as nossas posições são de tal modo importantes para a sua viabilidade, que não poderá dizer-se com segurança se o nosso território é uma retaguarda, ou se, ao contrário, não será antes o primeiro a sofrer ataque.

Desejaria por fim salientar que, entre os países europeus, Portugal será porventura um dos que apresenta mais incertezas quanto ao seu futuro, em face das tensões desagregadoras que referi.

A extrema complexidade da equação geopolítica da soberania nacional decorre em boa parte da circunstância de a nossa «geografia» poder funcionar tanto como factor de força como de fraqueza. Por exemplo, na perspectiva da defesa do Ocidente, tal dependerá da forma como as nossas posições forem utilizadas. Efectivamente, se nessa utilização preponderarem interesses e concepções estratégicas e operacionais dos aliados, europeus e/ou norte-americanos, poderão ocorrer sérios inconvenientes para o Interesse Nacional, o maior dos quais

me parece o de não ser tida em consideração a necessidade portuguesa de se interpretar o seu território como *um conjunto geoestratégico inseparável*, de que decorreria pulverização orgânica das suas parcelas por diferentes áreas do esquema de defesa ocidental. Na minha opinião, apenas uma atitude da nossa parte adulta e conscientemente firme, tanto no caso referido, como noutros, pode impor a aceitação do Território Nacional como um conjunto geoestratégico e, consequentemente, fazer dele um factor de força e relevante instrumento de negociação internacional. Para isso, no entanto, muito concorreria à prévia consecução de *três objectivos principais*:

- *a coesão interterritorial*, muito difícil de se conseguir perfeita mente sem a adopção de filosofia e comportamento arquipelágicos nos domínios das políticas interna e externa, designadamente no concernente ao conceito estratégico de defesa militar
- *a vontade colectiva de defesa*, dependente entre outras coisas do reconhecimento das ameaças que, embora subtilmente, pendem efectivamente sobre a soberania e a própria viabilidade do país;
- *o desenvolvimento duma indispensável sensibilidade de segurança, a todos os níveis*, e em todas as parcelas do Território Nacional, particularmente entre as elites dirigentes, no que têm papel insubstituível, além das instituições de estudos estratégicos, como o IDN, os estabelecimentos de ensino superior e, evidentemente, os órgãos de comunicação social.